

INFORMAÇÃO, PODER E ESTADO: o dispositivo informacional e as políticas públicas de inclusão digital do governo brasileiro (2003-2008)

Valéria Cristina Lopes Wilke¹

RESUMO

Apresentar parte dos resultados finais da pesquisa de doutorado que investigou a dimensão política da informação mediante a elaboração e a operacionalização da noção de Dispositivo Informacional como um parâmetro de análise da contemporaneidade e de sua existência também como um dos traços do tempo presente. A informação é entendida como um construto social delimitado por um contexto sócio-histórico determinado, como um dos elementos constituintes da totalidade social, especialmente na contemporaneidade, e como um aspecto relevante a ser considerado na tarefa de conhecer a realidade. A noção de dispositivo informacional foi desenvolvida tendo como macro referência a perspectiva epistemológica marxiana para a qual o contexto da produção e reprodução da vida constitui o limite e as condições de possibilidade da instituição da realidade e de seu conhecimento. Esta noção ao articular o saber, o poder e os modos de ser sujeito permite o estabelecimento das relações políticas entre os saberes (o que é dito sobre a informação), os poderes exercidos pelos agentes sociais para a efetivação do que é afirmado como informação e que produzem modos de viver, logo, modos de ser sujeito. As relações da informação com o Estado foram delimitadas e enfocadas considerando o questionamento da conexão existente entre ambos e ensejaram a precisão conceitual de campo informacional, de capital e de *habitus* informacionais e ainda a discussão acerca da diferença entre inclusão digital e inclusão informacional. O trabalho apresenta também o quadro teórico-empírico elaborado como instrumento de análise, o campo empírico da pesquisa (a inclusão digital presente nas políticas públicas do Governo Federal brasileiro - 2003-2008), e o processo de operacionalização da noção de dispositivo informacional.

Palavras-chave: Dispositivo Informacional. Campo Informacional. Capital Informacional. *Habitus* Informacional. Inclusão Informacional e Inclusão Digital. Estado e Informação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados finais da pesquisa de doutoramento *O Dispositivo Informacional: Informação, Estado e Poder na Contemporaneidade a partir do contexto das políticas públicas de inclusão digital do Governo Federal brasileiro*². A discussão da dimensão política da informação foi o tema que perpassou o grande objetivo

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFF) - valwilke@gmail.com

² Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio IBICT/Universidade Federal Fluminense, entre 2005 e 2009, e teve a orientação do Prof. Dr. José Maria Jardim.

desta investigação, a saber, o desenvolvimento da noção de Dispositivo Informacional como um parâmetro de análise da contemporaneidade e de sua existência também como um dos traços do tempo presente. Para a concretização deste objetivo, a informação foi investigada como um dos elementos da totalidade da realidade concreta, a partir da consideração do Campo Informacional, de seu respectivo capital simbólico, o Capital Informacional, e do *habitus* pertinente. Além do mais, foi discutido, no âmbito da noção de Estado, o papel desta instância como um dos elementos do Campo Informacional e ainda como um “lócus” particular perpassado também pela lógica desse Campo. Tal fato permitiu refletir sobre a ação política da informação que circula no *Dispositivo Informacional*, na construção de uma nova experiência de ser-sujeito, a do cidadão incluído digital e informacionalmente.

Inicialmente serão apresentados alguns dos aportes teóricos que sustentaram a fundamentação teórica-empírica. Em sequência, a elaboração do quadro analítico, o percurso metodológico e, por fim, alguns dos resultados alcançados.

2 A CONCEPÇÃO DE INFORMAÇÃO PRESENTE NA PESQUISA

É sugestivo o fato de hoje estar se tornando (quase) impossível avaliar a sociedade contemporânea sem tocar em alguma relação social em que a informação não esteja presente. Ele sugere que esse objeto adquiriu visibilidade constituindo-se como objeto de conhecimento e também como motivo explícito de disputas entre as classes sociais. Desde os anos 1950, as fronteiras para o entendimento da informação foram se alargando: ela deixou de ser somente a informação científica e oficial e ainda aquela que estaria contida nos suportes físicos e eletrônicos para ser também a que circula no cotidiano, movimentada pelos indivíduos em suas interações comunicacionais, e participe do processo histórico de significação do mundo; ela está ainda intimamente articulada às transformações em curso nos suportes físicos e eletrônicos e na construção da realidade social do capitalismo contemporâneo. A preocupação com a informação, considerando sua inserção na totalidade das relações sociais, no âmbito da Ciência da Informação caminhou paralelo à elaboração da fundamentação dessa área de saber enquanto uma ciência social que vem sendo empreendida por diferentes teóricos.

Para que o *fenômeno informacional* fosse afastado da generalidade e idealização que podem cercar a amplitude desta expressão, foi preciso contextualizá-lo, o que foi realizado nesta pesquisa em termos do desenvolvimento da noção de um dispositivo informacional e de sua operacionalização. A investigação moveu-se nas fronteiras abertas pela hipótese da formulação da noção deste dispositivo como aparato conceitual que permitisse a reflexão sobre este fenômeno enquanto uma totalidade social particular na contemporaneidade e como

um dos traços do tempo presente. Partiu-se do suposto da informação como um elemento necessário presente no processo da organização da produção e reprodução do capital nas sociedades moderna e contemporânea e para a dinâmica de sua configuração política no seio do Estado-nação e na vinculação entre os diferentes países. Na análise realizada foram conjugadas a dimensão informacional inerente ao âmbito estatal e as relações de poder que o atravessam, seja em decorrência dos saberes que agencia, seja decorrente dos embates entre classes e das lutas internas às próprias classes que nele se consumam. Isso se deve ao fato de não ser possível desassociar dessas vinculações as lutas entre as classes e seus setores, internas ao Estado-nação.

A partir da revisão de literatura da área da Ciência da Informação, da Filosofia e das Ciências Sociais a respeito da informação, tornou-se possível delimitá-la em cinco aspectos que determinaram a compreensão do fenômeno informacional e que foram considerados no desenvolvimento da noção de dispositivo informacional:

- a informação, os processos e as ações informacionais como construção social e, portanto, atravessados pelas determinantes histórico-sociais e materiais;
- a informação como elemento estrutural do mundo contemporâneo e do estar neste mundo, que crescentemente se faz conforme a linguagem digital, e do qual estão excluídos pelo menos 2/3 da população mundial devido às diferenças sociais existentes neste estar-no-mundo: este aspecto tem provocado a discussão do estatuto da cibercultura, da sociabilidade *ciber*, do significado da exclusão social no mundo *ciber* e também na realidade regida pela linguagem analógica.
- a informação como elemento necessário para a construção do conhecimento individual e coletivo: este aspecto tem instigado a reflexão acerca da complexa relação informação-conhecimento e sobre a valorização da informação enquanto instância necessária para o crescimento do capital;
- a informação como elemento passível de ser quantificado, aspecto que facilita sua circulação pelas TICs;
- a informação como algo que pode ser armazenado e recuperado: aspecto que tem provocado a produção de teorias e modelos de armazenamento, indexação e recuperação da informação e sobre as tecnologias envolvidas nestes processos.

3 DO DISPOSITIVO AO DISPOSITIVO INFORMACIONAL

A conceituação foucaultiana de dispositivo foi o ponto de partida assumido para a elaboração do dispositivo informacional. Para Foucault, um dispositivo consiste numa rede que arregimenta diferentes elementos como as relações entre um dado fenômeno social e os sujeitos, os poderes que transitam pelas formações sociais e pelas formações discursivas, a ligação existente entre os discursos e as práticas, as ações e as idéias, os comportamentos e hábitos. Essa rede estabelece relações que geram e mesclam os sentidos na sociedade. O dispositivo nomeia, portanto, a totalidade complexa de relações composta pelas diferentes práticas discursivas e não-discursivas – institucionais, organizacionais, arquitetônicas, legais, científicas, filosóficas, literárias, filantrópicas, artísticas – que ao agir na teia social e ao movimentá-la constitui os sujeitos e os organiza.

Partiu-se do pressuposto que considera mais amplo o espectro do dispositivo do que o de um regime de informação, noção usada regularmente na área da Ciência da Informação, uma vez que o primeiro articula três níveis fundamentais, quais sejam, o saber, o poder e os modos de ser sujeito. Cada um gira em torno de questões básicas: a) o que pode ser visto, entendido e dito sobre uma dada realidade, em um contexto determinado; b) quais poderes são agenciados e exercidos a partir da circulação na sociedade do que é dito e sabido, que também gera resistência e novas formas de exercício de poder; c) como os modos de existência (ou de ser sujeito: tornar sujeito e ser assujeitado) que são produzidos como efeitos a partir do que é dito, sabido e implantado ou combatido mediante a correlação de forças nas relações sociais.³

Ao efetuar a articulação dos três âmbitos presentes no dispositivo de informação com o Campo Informacional, é possível destacar, portanto:

a) conforme a primeira característica do dispositivo foucaultiano, o dispositivo informacional abrange: um conjunto variado de elementos não-discursivos e discursivos (exemplo maior é a constituição da própria área da Ciência da Informação que tem feito circular discursos sobre a informação, sendo que ela não é a única fonte dessa discursividade); de instituições (por exemplo, os diferentes tipos de instituições como as escolas, as famílias); de organizações arquitetônicas (a estrutura arquitetônica das infovias seria um exemplo desse elemento); de decisões regulamentares, leis, medidas administrativas (o campo das Políticas Informacionais no âmbito estatal, por exemplo, oferece alguns exemplos dessa dimensão jurídica); de enunciados científicos, filosóficos, morais, filantrópicos (hoje, por exemplo, há um imensa

³ Aqui cabe uma ressalva: a reflexão realizada não trabalhou com os processos de subjetivação como a prática de si, tal como aparecem na obra de Foucault da década de 1980. Os modos de ser sujeito dizem respeito exclusivamente ao duplo processo de assujeitamento (tornar sujeito e ser assujeitado).

quantidade de enunciados que está sendo produzida por distintas áreas de conhecimento sobre a chamada “sociedade da informação”, suas conseqüências, dificuldades, obstáculos, benefícios) e de produções artísticas. Tais discursos têm levado a perceber, ver e falar sobre a informação na época atual, a ponto dela ser apontada como a grande característica da contemporaneidade.⁴

b) No dispositivo informacional há também a existência de jogos entre os elementos discursivos e não-discursivos em que não há posições e funções fixas. Tais jogos implicam relações de força que, tendo a positividade de poder fazer valer e/ou validar os elementos discursivos e não discursivos, especialmente as mediações comunicacionais e informacionais, atuam junto com eles na formação de modos de ser sujeito em nossa época. Isto se deve ao fato de o conjunto saber-poder agir no assujeitamento dos indivíduos contemporâneos, seja fabricando-os (no sentido de tornar sujeito) seja assujeitando-os (no sentido de submeter), ao escorrer pelas relações sociais presentes no Estado relacional e que a noção de dispositivo informacional permite visualizar.

c) Este dispositivo cumpre uma função estratégica na atualidade, uma vez que a dimensão informacional presente nele nos remete a uma forma peculiar de organização social, econômica, política, científica, cultural em que a geração, o processamento e a transmissão de informação tornaram-se fontes de poder e de produtividade, de circulação e distribuição de riqueza ou de pobreza. Isto faz com que a informação possa ser avaliada como um dos novos agentes do processo da produção e reprodução do capital e ainda como um dos elementos necessários à configuração política da dinâmica da organização do capital monetário e do capital financeiro.

A noção de dispositivo informacional foi elaborada e operacionalizada tendo como macro referência a perspectiva epistemológica marxiana. Para esta, o contexto da produção e reprodução da vida constitui o limite e as condições de possibilidade da instituição da realidade e de seu conhecimento. Este posicionamento implicou entender a informação como um construto social delimitado por um contexto sócio-histórico determinado. Neste horizonte, ela foi tomada como um dos elementos constituintes da totalidade social, especialmente na contemporaneidade.

A totalidade foi entendida como o todo do conjunto dos fatos e dos eventos articulados e também, no contexto de um dado objeto, em termos das diferentes relações que o

⁴ Basta recordar expressões como ‘sociedade da informação’, Estado informacional ou noções como economia informacional (Jameson) ou realidades como o código genético, sem aqui entrar no mérito deles ou em sua discussão.

determinam⁵. Em ambos os casos, o todo não deve ser visto de maneira fechada porque se acha em permanente abertura às novas determinações, uma vez que os agentes e as forças sociais continuam atuando na realidade social. Portanto, a compreensão da totalidade, na perspectiva marxiana, considera a articulação dos fatos da realidade social ou ainda, o contexto de um objeto em suas inúmeras relações. No primeiro caso, estamos diante da informação como um dos elementos da totalidade social e, por isso, como um aspecto relevante a ser considerado na tarefa de conhecer a realidade que nos cerca. No segundo, o fenômeno informacional é, *per si*, uma totalidade social particular que aglutina as forças sociais em diferentes articulações, as quais terminam por posicionar os diversos sujeitos sociais em posições diferenciadas no ciclo informacional (da produção ao uso e consumo).

A partir destas considerações, tornou-se, então, possível analisar a informação como um elemento desta totalidade concreta. O viés para esta investigação foi a noção de campo, proposta por Pierre Bourdieu em sua análise da ciência, e a do capital social e a de *habitus*, associados a um determinado campo. As diferentes relações sociais que compõem o fenômeno informacional foram entendidas como componentes do campo informacional e esse, por sua vez, como um dos elementos da totalidade social.

O campo informacional foi estabelecido como o espaço social de relações de poder onde se movem e atuam os diferentes sujeitos (as classes sociais, os indivíduos, as instituições privadas e públicas, as organizações privadas e públicas, os coletivos) para os quais os diferentes tipos de informação, os processos e as ações informacionais têm algum tipo de valor e interesse. Esta concepção permite que se reflita dialeticamente sobre a informação como um fenômeno construído socialmente, perpassado pelas contradições da totalidade social, que são decorrentes, por sua vez, das contradições presentes no modo capitalista de produção e reprodução da vida. As questões concernentes à informação, que brotam nesse campo, fornecem à Ciência da Informação seus objetos de investigação. Dentre esses, temos as estratégias e as maneiras como os grupos sociais dentro de suas classes respectivas estão (des) organizados e/ou se organizando, no âmbito do Estado-nação, quanto às disputas em torno da informação e quanto à geração, distribuição, acesso e posse do capital informacional.

Conjugado ao campo informacional acha-se o capital informacional, que é, como o

⁵ Determinação não está sendo entendida conforme uma percepção simplificadora que a reduz à causalidade e que é encontrada comumente na base de críticas feitas à perspectiva marxiana: a determinação econômica no sentido da primazia causal do econômico. O termo determinação conforme seu próprio sentido etimológico vem do substantivo latino *determinatio* (limite, extremidade, fim) decorrente do verbo *determino*, *-as* (marcar os limites, delimitar) que têm na origem o verbo *termino* (limitar, delimitar, fixar, separar) e o substantivo *terminus*, limite, extremidade.

científico, uma espécie de capital simbólico constituído por uma gama diferenciada de recursos associados a informação distribuídos de modo desigual entre os indivíduos e suas classes sociais, as instituições e organizações públicas e privadas, conforme o espectro social das relações de poder. A posse maior ou menor do conjunto de seus recursos, no confronto entre dominantes e dominados, relaciona-se diretamente ao modo de luta pela conservação ou transformação das relações de poder.

O capital informacional representa um *quantum* de recursos disponíveis na sociedade e abrange os processos cognitivos, os técnicos, os econômicos e os simbólicos envolvidos desde a produção até a recepção e uso da informação, seu entorno tecnológico, institucional, governamental e industrial, a relação do capital informacional com outros tipos de capitais e sua tensa distribuição social. Ele implica:

- a) saber reconhecer um conjunto de dados, significá-lo como informação e incorporá-la ao processo de construção de conhecimento;
- b) dispor com autonomia dos aparatos técnicos relacionados à produção, emissão e recepção, à busca e à recuperação informação;
- c) dispor da informação como elemento relacionado à empregabilidade e ao crescimento econômico.

Alude também ao uso autônomo da capacidade cognitiva, por isso demanda um processo de educação formal para o desenvolvimento da capacidade de expressão verbal, sendo que para a circulação no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994,1996) são igualmente requeridas outras formas de expressão.

A partir do que foi compreendido com a operacionalização do dispositivo informacional tornou-se também possível afirmar que este tipo de capital social acha-se associado ao *habitus* informacional, ou seja, às disposições permanentes que fazem com que um determinado sujeito se apresente como produtor, emissário e usuário de diferentes tipos de informação; e também com que ele transite, com um mínimo de desenvoltura, pelos locais de armazenamento informacional, pelos processos de recuperação da informação relativos ao usuário, de significação da informação e das técnicas e tecnologias envolvidas. Neste sentido, ele está ligado ao nível educacional e ao capital cultural. Ao longo da pesquisa, no que tange ao desenvolvimento da compreensão do *habitus* informacional, a literatura sobre a *information literacy* e os estudos de usuários mostraram-se relevantes. Este conceito tem uma história no campo informacional, pois está presente nas literaturas da Ciência da informação e da Biblioteconomia, sendo que, desde seu aparecimento na década de 1970 até os dias atuais,

tem sido ampliado sem, contudo, ter um significado único e unificado. Ele diz respeito à alfabetização informacional ou à aptidão/habilidade para lidar com a informação e pode ser definido como “o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.” (DUDZIAK, 2003, p. 27) Com as TICs, a necessidade deste processo de alfabetização adquiriu novos matizes, pois elas demandam conhecimentos técnicos específicos.

A concepção de *habitus* informacional foi estabelecida envolvendo, pois:

- a habilidade para lidar com a informação no formato analógico e a informação no formato digital;
- a habilidade para lidar com a informação de modo competente e autônomo, nos termos da *information literacy*;
- a habilidade para localizar e utilizar um tipo de informação – contextual, utilitária ou seletiva (BARRETO, 1994);
- a habilidade para lidar com diferentes tipos de fontes de informação, as ferramentas utilizadas nos sistemas informacionais e as estratégias para acessar e recuperar a informação;
- a habilidade para avaliar a informação (por exemplo, exata, inexata, imprecisa, relevante);
- a habilidade para selecionar a informação adequada aos seus objetivos;
- a habilidade para produzir, emitir e receber a informação no meio digital.

Ao longo do processo de reflexão sobre o dispositivo informacional e sua operacionalização tornou-se claro que a posse de maiores parcelas do capital informacional está diretamente associada à inclusão informacional e à inclusão digital. Partiu-se do pressuposto de que o espectro da inclusão informacional é maior do que o da inclusão digital, uma vez que, por mais que a informação e digitalização caminhem juntas no horizonte informacional contemporâneo, o nível da informação é mais amplo do que a linguagem digital. Igualmente, os recursos postos em movimento pelo capital informacional e necessários a ele não se esgotam e nem se limitam à digitalização, apesar de a presença das TICs ser hoje impagável.

Portanto, mesmo reconhecendo que na contemporânea sociedade de informações a inclusão informacional não se realiza sem a inclusão digital, é preciso afirmar veementemente

que o capital informacional não se refere somente às TICs e ao trânsito informacional digital, porque este tipo de organização societária não se restringe às relações sociais estabelecidas de acordo com as TICs. Todavia, os recursos do capital informacional ligados ao meio técnico-científico-informacional e, por conseguinte, às TICs, possibilitam aos sujeitos (individuais e coletivos) circularem por ele com mais ou menos autonomia.

Outro aporte teórico relevante para o desenvolvimento da fundamentação foi a concepção de Estado relacional. Ela possibilita compreender os embates entre as classes e segmentos de classes pela posse dos recursos do capital informacional, porque a forma estatal não é nem hipostasiada como um Sujeito e nem é objetivada como uma coisa. Ao contrário, essa forma evidencia a presença dos diferentes sujeitos concretos da história, diferenciados estruturalmente pelas contradições do modo de produção capitalista de produzir e reproduzir socialmente a vida. Neste sentido, o Estado não é uma entidade que existe por si e à parte das classes que o compõem; ele não é um objeto *possuído* pela classe que detém o poder, porque há espaço para a existência da hegemonia e contra-hegemonias construídas pelo jogo entre as diferentes forças sociais; ele é importante agente atuante na construção e manutenção da divisão internacional do capital, do trabalho e da riqueza e pobreza; ele é atravessado pelas lógicas de diferentes Campos, dentre eles o informacional – a arena onde estas forças lutam pelo que entendem por fenômeno informacional, e pelo capital e *habitus* informacionais.

Enquanto um elemento do campo informacional, o Estado relacional aglutina esses sujeitos que, no nível dos fenômenos informacionais, travam também disputas específicas pela posse de *quanta* dos recursos do capital informacional. A noção de dispositivo informacional, por sua vez, por operar a partir da concepção do poder enquanto relações, por articular saberes, elementos discursivos e não discursivos, construídos por sujeitos determinados, permite também o entendimento dos mecanismos e das estratégias concernentes à manutenção e/ou transformação do campo informacional e da distribuição de seu respectivo capital social.

A operacionalização da noção do dispositivo informacional permite o desvelamento das relações entre política e informação, no âmbito do Estado relacional, considerando o tripé saber (o que é dito sobre a informação) – poder (as relações de poder *informadas* pela informação) – modos de ser-sujeito (a presença da informação na subjetividade contemporânea construída como assujeitamento – tornar-se sujeito e ser submetido a). Neste sentido, é possível afirmar que o dispositivo informacional ao aglutinar o que é dito sobre a informação, as relações de poder que dispõem da informação e os modos de ser-sujeito condicionados por ela (mediante o capital e o *habitus* informacionais) materializa e representa

a própria condição histórica da informação: como objeto visível para o conhecimento, como objeto de disputa política e como objeto modulador dos sujeitos (individuais e coletivos).

4 CONSTRUINDO O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Como campo empírico foram selecionados os programas e ações do Governo Federal brasileiro (2003-2008), voltados para a inclusão digital. Este fato não implicou, contudo, a análise das políticas públicas, *que não foram objeto e nem objetivo da pesquisa*. Elas somente foram tomadas como ponto de partida para a elaboração do quadro teórico-empírico para a reflexão e para a operacionalização do dispositivo informacional. Foram selecionadas as seguintes fontes documentais: os documentos disponibilizados nos sítios do Governo Federal que tratam da inclusão digital, no âmbito do governo eletrônico, tais como: a legislação concernente à criação e à normatização; a estrutura governamental das instituições/órgãos participantes, as cartilhas, as informações que apresentam os Programas, e as entrevistas dos Ministros de Estado, Secretários de órgãos públicos e gestores de projetos disponibilizadas nos sítios dos respectivos Programas. Dentro do escopo metodológico, os programas e ações voltados para a inclusão digital implantados pela Casa Civil e pelos Ministérios foram acompanhados, tomando as informações fornecidas pelos sítios destes órgãos e pelos portais dos programas de inclusão digital a eles ligados.

Objetivando-se mostrar os documentos do campo empírico em termos informacionais, elaborou-se uma *Ficha de Análise Informacional dos Programas*, para organizar as informações para que os elementos empíricos pinçados dos documentos indicassem a maneira como a Inclusão Digital se faz presente nos Programas. Para cada programa/ação do Governo Federal voltado para a inclusão digital foi preenchida uma Ficha de Análise Informacional.

FICHA DE ANÁLISE INFORMACIONAL DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL	
NOME	
ÓRGÃO(S) LIGADO(S)	
DADOS GERAIS	
SERVIÇOS DE ATENDIMENTO OFERECIDOS AO CIDADÃO	
LEGISLAÇÃO	
INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS	
OUVIDORIA	
SERVIÇOS ON-LINE	
CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL	

Quadro 1 - Ficha de Análise Informacional dos Programas do Governo Federal

Fonte: a autora

Foi organizado um Quadro Teórico-empírico capitaneado por três grandes categorias, a saber, Campo informacional, Capital Informacional/Habitus Informacional e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que contribuíram para o adensamento da fundamentação teórica da pesquisa e também a localização, no processo de operacionalização do dispositivo informacional, de disputas políticas relativas à informação. Estas categorias foram constituídas a partir da consideração do que podia estar em jogo no interior do dispositivo informacional: a disputa pelos recursos de capital informacional no âmbito do campo que lhe diz respeito e que tem sido acirrada pela presença das TICs. Estas categorias permitiram focalizar os embates existentes no interior do dispositivo e foram acompanhadas pelos seguintes Termos-chave e Elementos empíricos, tal como aparecem no Quadro Teórico-Empírico.

HORIZONTE INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO		
DISPOSITIVO INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO		
CATEGORIAS	TERMOS-CHAVE	ELEMENTOS EMPÍRICOS
CAMPO INFORMACIONAL	Relação Estado–Informação: Inclusão informacional e Inclusão Digital; Sociedade de Informações	Informação e Democracia; Informação e Direitos Humanos; Informação e melhoria das condições de vida; Inclusão Informacional e Inclusão Digital; Livre circulação da Informação;
	<i>Relação Capital–Informação</i>	<i>Informação e Industrialização; Informação e empresas nacionais e transnacionais;</i>
	Recursos ligados ao Trabalho	<i>Informação, Estado, empresas nacionais/transnacionais e desenvolvimento;</i> Informação e formação para o Trabalho;
CAPITAL INFORMACIONAL/ HABITUS INFORMACIONAL	<i>Recursos ligados à realização de uma sociedade democrática</i>	<i>Informação e melhoria das condições de vida; Informação e desenvolvimento dos países; Informação e Democracia; Circulação livre da Informação;</i>
	Relação informação– Interligação	Informação e redes; Condições de acessibilidade;
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)	<i>Relação TICs–Capital</i>	<i>Informação e empresas nacionais e transnacionais;</i> <i>Informação, Estado e empresas nacionais/transnacionais;</i>

Quadro 2: Quadro Teórico -Empírico
Fonte: a autora

Os documentos selecionados foram interpretados conforme o horizonte desta matriz. Não se pode esquecer que eles são a materialização, no nível do discurso, de vitórias políticas alcançadas por grupos sociais (entendidos como setores de classes sociais) que transformam

seus particulares pontos de vistas em posicionamentos hegemônicos contra os quais lutam os que deles discordam. Estes documentos são expressões do “que pode ser dito” num determinado momento histórico e têm a força de fazer valer uma dada realidade, que abrange também a experiência de ser sujeito.

5 TRILHANDO O PERCURSO METODOLÓGICO – A OPERACIONALIZAÇÃO DA NOÇÃO DISPOSITIVO INFORMACIONAL

Com a análise da documentação coletada, o que foi visto inicialmente como hipótese de trabalho foi tomando corpo e adquirindo consistência teórica a partir da operacionalização da noção do dispositivo informacional: ao permitir a localização das formações discursivas, as posições ideológicas presentes nelas são localizadas também, assumindo-as como formações ideológicas que criam efeitos na sociedade ao se posicionarem politicamente no jogo das correlações de força no campo informacional, no Estado relacional e na divisão internacional do capital. Estes efeitos são concretos e os sujeitos são seus exemplos. Na concepção do dispositivo informacional, os discursos de diferentes formações discursivas que envolvem a informação, como qualquer discurso, são entendidos como socialmente construídos e também constituintes da realidade social, à proporção que estes discursos interpelam os indivíduos e instituem os sujeitos (individuais e coletivos), suas relações e seus sistemas de conhecimentos.

A seguir serão apresentados alguns aspectos da realidade brasileira decorrentes da operacionalização da noção do dispositivo informacional e que também demonstram o alcance analítico deste instrumento teórico-metodológico.

No plano internacional latino-americano, segundo o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, ao se referir à contribuição da *Declaração de Mar del Plata*⁶,

[...] para a formulação desse novo enfoque da **construção de capacidades que, se desenvolvidas e fortalecidas em nossos países, favorecerão de forma significativa seu progresso, posicionamento e integração no mundo globalizado de hoje**. O desenvolvimento e a manutenção de uma **capacidade nacional em ciência e tecnologia** permitirão a nossos países serem mais que simples consumidores de exportações tecnológicas de outras nações e **facilitarão melhorar a situação e o bem-estar econômico e social de nossos cidadãos**. O país que não tiver consciência da importância do investimento na capacidade científica e tecnológica nacional, tão necessária na Sociedade do Conhecimento, ficará defasado no tempo. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS-OEA OEA, 2005, p. 09 – grifo nosso)

⁶ O Brasil é signatário desta Declaração e as políticas públicas desenvolvidas estão de acordo com ela.

Destas palavras pode-se deduzir que as TICs demandam a “*construção de capacidades*” que devem ser “*desenvolvidas e fortalecidas*” nos países, a fim de que eles consigam “*progresso, posicionamento e integração*” na sociedade mundial contemporânea. Na discussão sobre as inclusões informacional e digital foi visto que elas não se fazem sem o acesso às tecnologias e sem a apropriação cognitiva e crítica pelos usuários. Está implicada, portanto, a necessidade do desenvolvimento de técnico-disposições e de disposições informacionais permanentes (*habitus*). Este tipo de *habitus* acha-se presente na composição do elenco de recursos do capital informacional que os cidadãos de um país podem alcançar, sendo que sua divisão é sabidamente desigualitária e conforme a correlação de forças entre as diferentes classes. O secretário-geral também aponta para o fato de o desenvolvimento de uma “*capacidade nacional em ciência e tecnologia*” atuar para a melhoria do desenvolvimento econômico-social dos países, estando associada ao avanço da situação de bem estar dos cidadãos. Neste pequeno trecho do discurso percebe-se que os recursos do capital e do *habitus* informacionais são relevantes para o melhoramento das condições de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento dos países. Tais recursos e disposições permanentes acham-se relacionados a um tipo específico de sujeito (individuais e coletivos): os que conseguem se apoderar de *quanta* destes recursos. Obviamente, a divisão internacional do capital, da riqueza e da pobreza, da autonomia e da dependência dos países impõe limitações concretas no jogo de forças em prol da autonomia dos países signatários desta Declaração. Contudo, a orientação vige.

No âmbito nacional, o Governo Federal tem defendido o uso das TICs como instrumento para o desenvolvimento social, científico, cultural e econômico, porque elas são concebidas como instrumento necessário para a diminuição do “hiato digital” entre os indivíduos, grupos, países. A política de inclusão digital é considerada relevante incremento de sua política social. O discurso da Presidência da República demonstra esta defesa

O Governo tem dado atenção especial às ações na área de inclusão digital, por entender que todos os cidadãos devem ter acesso ao conhecimento, mediante o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação. Pesquisa recente demonstra que apenas 15% da população brasileira têm acesso à rede mundial de computadores. Para reduzir esse hiato digital e diminuir esse número de excluídos o Governo tem desenvolvido programas de inclusão digital que permitirão ampliar o acesso à informação, trazendo como resultado, a construção de uma sociedade mais justa. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006 – grifo nosso)

Neste sentido, no primeiro Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva houve a

revisão de programas que existiam anteriormente ou que somente estavam esboçados e, também, a implantação de outros bem como de ações e estratégias que visam a articulação e a integração destes programas e ações, mesmo que estas ocorram ainda hoje, no segundo mandato, com limitações na integração.

Não se faz inclusão digital sem a presença das tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, a utilização delas pode se dar de diferentes modos em uma política pública. Por exemplo, o software utilizado pode ser proprietário ou não proprietário; determinadas parcelas da sociedade brasileira podem ser privilegiadas ou não como alvo prioritário quando são concebidas as condições de acessibilidade. Os caminhos escolhidos na equação destas e outras questões afins são os resultados de embates políticos em torno de posições ideológicas. Aquelas que conseguem se sobrepor às demais na construção da hegemonia, conduzem a política pública e aparecem expressas nos diferentes tipos de discursos (documentos oficiais, artigos, entrevistas de dirigentes, manuais de usuários, por exemplo) e materializadas nas práticas.

O projeto original do GESAC foi elaborado de acordo com a formação ideológica da Sociedade da Informação e do **Livro Verde**, que apresentava, por sua vez, como objetivo do Programa Sociedade de Informação

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a **contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global**. A execução do Programa **pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil**. (TAKAHASHI, 2000, p. 10 – grifo nosso)

A partir das forças que se aglutinaram no primeiro mandato do “Governo Lula”, o governo eletrônico vem sendo orientado por alguns princípios tais como a promoção da cidadania, a abordagem da inclusão digital como indissociável do governo eletrônico, o uso do software livre como recurso estratégico, o desenvolvimento de padronização para integrar as políticas, sistemas, padrões e normas, a integração das ações do governo federal com outros níveis de governo e outros poderes. Estes e os demais princípios estão corporificados nas ações dos diferentes programas do Governo Federal que lidam com a inclusão digital. Esta situação reafirma a importância dele como um importante agente atuante na configuração do campo informacional, no âmbito do Estado brasileiro, que pode estabelecer e implantar determinadas práticas discursivas informacionais presentes no campo informacional.

Não se deve esquecer que o Estado, entendido a partir da perspectiva relacional,

implica também conceber o Governo do mesmo modo. Assim sendo, a interpretação do Governo como importante força atuante neste campo traz embutida a compreensão da eficácia que têm os setores/grupos sociais/segmentos de classes que sobressaem na correlação de forças dentro do Governo e do Estado, no jogo político do campo informacional. Este fato ocorre porque o Governo Federal detém considerável capital político dentro deste campo por ser o grande agente financiador de políticas públicas, tais como as de inclusão digital. Por isso, os diferentes grupos relevantes das classes sociais disputam espaço no interior do Governo na formulação destas políticas públicas e, com isso, mantêm e/ou adquirem melhores posições dentro desse campo. Neste sentido, tornou-se possível identificar alguns destes setores tomando a inclusão digital como referência. A política do Governo Federal privilegiou os municípios de menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). É possível inferir no seu interior a força das posições ideológicas sustentadas por segmentos da militância da esquerda que defenderam a seleção deste segmento da população brasileira como foco das políticas públicas, segundo um projeto político. Seu discurso (logo, sua formação ideológica) conseguiu, diante de outros grupos ou em aliança com eles, transformar seu ponto de vista particular em ponto de vista dominante na construção do Estado e na confecção da política pública de inclusão digital. (BOURDIEU, 2005) Este fato se torna mais evidente ao se recordar a ampla composição do “Governo Lula” que aliou setores tradicionais da esquerda a setores tradicionais da direita, setores ligados ao trabalhismo a setores do empresariado, setores com trajetórias mais vanguardistas a setores conservadores.⁷

O Governo Federal desempenha importante papel no Estado relacional e no campo informacional. A opção por uma ou outra tecnologia a partir do rumo tomado por uma política pública transforma as escolhas tecnológicas em *habitus* (disposições duráveis). No caso deste campo, o acesso e a capacitação para o uso das TICS, a divulgação das informações governamentais nos seus sítios, os serviços governamentais de atendimento ao cidadão via Internet têm contribuído para a inclusão digital e também para a divisão dos recursos do capital informacional e para a conformação do *habitus* informacional. Basta pensarmos na mudança do público alvo do GESAC. Ao privilegiar os municípios com menores índices de desenvolvimento humano, ao invés de localidades com mais de 10 mil habitantes, e o acesso gratuito nos telecentros foram inseridos nestes locais redes, equipamentos e capacitação que, se usados, favorecem o desenvolvimento destas disposições.

Entretanto, não se pode perder de vista que o Governo não é um bloco monolítico e

⁷ Exemplo maior é a ocupação da Presidência por um membro do Partido dos Trabalhadores de trajetória sindicalista e da Vice-presidência da República por um representante do empresariado.

abriga diferentes posicionamentos, inclusive os antagônicos. Na disputa pela formação da hegemonia as alianças entre os grupos de uma classe ou entre bloco de classes são realizadas para a manutenção e/ou aquisição de posições. O “esquecimento” do **Livro Verde** para o desenvolvimento da política do governo eletrônico, nos dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, é sintomático: perdeu poder de validar as políticas públicas de inclusão digital o posicionamento ideológico a favor do uso gratuito dos terminais públicos do GESAC somente para as informações e serviços governamentais e a cobrança para outros tipos de acesso. Ele foi substituído por uma outra formação ideológica e outra concepção levada a cabo por pessoas como, por exemplo, Miro Teixeira, José Dirceu, Antonio Albuquerque, Sérgio Amadeu Silveira, Marcos Dantas e por tantos outros, como os inúmeros participantes da Segunda Oficina para a Inclusão Digital.⁸

A primazia pela articulação e coordenação dos programas de inclusão digital do Governo Federal fornece outro exemplo destas disputas. O Programa Brasileiro de Inclusão Digital/PBID surgiu no âmbito do Projeto Casa Brasil, da Casa Civil, à época de José Dirceu como presidente deste órgão e de Luis Gushiken (Secretaria de Comunicação) para articular e integrar as diferentes ações de ID do governo brasileiro. O Projeto Casa Brasil sofreu sério baque com a “crise do Mensalão” e as subsequentes quedas políticas de Dirceu e de Gushiken e também com a saída de Sérgio Amadeu da direção do Instituto Brasileiro de Tecnologia da Informação/ITI. Basicamente por estes motivos, o Projeto não conseguiu se firmar politicamente como o articulador e integrador dos programas e ações de inclusão digital existentes. O senador Hélio Costa assumiu o Ministério das Comunicações, em julho de 2005, e efetuou várias mudanças, inclusive na gestão do GESAC. Este Ministério passou também a pleitear a coordenação de todos estes programas e ações ao afirmar que inexistia ação coordenada.

A necessidade de integração das ações de inclusão digital vem sendo debatida, há algum tempo, em vários órgãos governamentais, mas ainda não se tem conhecimento de ações concretas que permitam tal integração. Em **2004**, o Governo Federal tentou criar o então denominado Programa Brasileiro de Inclusão Digital (**PBID**) [...] O principal objetivo era reunir todas as ações já desenvolvidas, em vários ministérios e órgãos federais, **sob a coordenação da Casa Civil** da Presidência da República. **Decorridos mais de um ano do anúncio do PBID – e sem qualquer ação coordenada e efetiva nesse período –, o assunto voltou à tona, com manifestação de**

⁸ Segunda Oficina de Inclusão Digital: coordenada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2003, da qual participaram o Governo, várias ONG's e instituições públicas que lidavam a questão digital. Como resultado, foi publicado em 2004, um documento-síntese que continha 124 diretrizes. Ele foi fundamental para a reformulação do GESAC e para a elaboração dos demais programas e ações governamentais de inclusão digital, que praticamente se resumiam ao primeiro.

interesse do Ministério das Comunicações em centralizar as diversas iniciativas de inclusão digital em seu ministério, indo assim de encontro à proposta anterior da Casa Civil, que pretendia, ela mesma, centralizar as ações. (BRASIL, MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2006, p. 10-11, grifo nosso).

Esta atitude é expressão de um vácuo de poder, à medida que a pretensão da Casa Civil foi desarticulada e, também, índice da disputa pelo poder por diferentes grupos e formações ideológicas dentro do Governo Federal, que está presente nas formulações das políticas públicas e nas suas modificações. Por decreto presidencial de 2005 (Dec. nº 5.581, de 11 nov. 2005), o Ministério das Comunicações recebeu a incumbência de “formular e propor políticas, diretrizes, objetivos e metas, bem como exercer a coordenação da implementação dos projetos e ações respectivos, no âmbito do programa de inclusão digital”. (Art. 4 , parágrafo único, inciso I). Mas, no momento atual, ainda é cedo para saber quais serão, de fato, o desdobramento desta situação e o arranjo institucional. Para torná-la mais complexa, um importante relatório do Tribunal de Contas da União-TCU (2005) sobre a não utilização do FUST indicou a Casa Civil como o órgão capaz de acompanhar a efetiva aplicação dos recursos deste fundo nos programas e ações, que envolvem diferentes ministérios e órgãos governamentais. O motivo dado pelo relator, ministro Ubiratan Aguiar, é que o acompanhamento demanda capacidade de articulação intragovernamental condizente com as atribuições da Casa Civil da Presidência da República e não com as de um ministério em particular.

Outro exemplo diz respeito ao valor e a necessidade da inclusão digital para a realização dos sujeitos (individuais e coletivos) e para o crescimento do País, que são reconhecidos como consenso pelas diferentes classes. A inclusão digital transita por diferentes discursos. Todavia, este aparente consenso impede que venham à tona as controvérsias decorrentes do posicionamento das formações ideológicas dos atores sociais, no campo informacional. Este fato aplicado às políticas públicas governamentais de inclusão digital provoca decisões e indecisões nos rumos dos programas e ações. Ele pode ser mostrado tendo como referência o FUST – Fundo de Universalização das Telecomunicações, um fundo formado pela contribuição de 1% da receita das operadoras de telecomunicações e de tv por assinatura e administrado pela ANATEL, cuja verba estimada em 2007 ultrapassava o valor de 4 bilhões de reais. Criado em 2001, a legislação garante sua aplicação em projetos para a ampliação dos serviços de telecomunicações voltados, prioritariamente, para as regiões mais distantes e para a implantação de redes de comunicação em espaços como órgãos públicos, escolas, bibliotecas, instituições de saúde. Os recursos do FUST têm sido disputados pelos

diferentes atores sociais, pois ele possui importância estratégica para a sustentabilidade dos programas de inclusão digital. No campo informacional e dentro do Estado relacional brasileiro, estes atores (comissões, ministérios, organizações da sociedade civil, empresas e o próprio governo) travam batalha pelos recursos financeiros do fundo nos órgãos do Governo Federal. Ao longo da pesquisa foi possível identificar alguns destes atores. O Governo Federal tem usado os recursos para fazer superávit, contingenciando-os. As empresas de telecomunicações demandam o uso para o financiamento da expansão da rede de acesso à Internet. Os fabricantes e distribuidores de software e hardware pleiteiam a liberação da utilização dos recursos voltada para o acesso por intermédio da aquisição de aparelhos e aparatos tecnológicos (computadores, aplicativos, cabos, servidores, *modems*, roteadores). As parcelas da população brasileira excluídas socialmente, que podem ser beneficiadas pela liberação destes recursos. As ONGs possuem interesse pelo financiamento de seus programas de inclusão digital. Os governos federal, estadual e municipal que desenvolvem políticas de inclusão digital se capitalizam politicamente diante das populações atendidas ao aplicarem tais recursos na manutenção de suas ações. Grupos como os ligados ao Software Livre precisam de recursos para o desenvolvimento e a manutenção dos aplicativos na plataforma do software livre. Estes diferentes atores, no Estado relacional brasileiro, lutam por seus interesses na liberação do FUST pelo Governo Federal. Eles concordam sobre a necessidade da liberação dos recursos deste fundo e sobre a importância dos programas de inclusão digital das políticas públicas. Mas este discurso unânime esconde as difíceis relações para a construção de uma prática discursiva hegemônica. Por isso a comemoração do Ministério das Comunicações, em termos de uma *grande vitória*, relativa à liberação dos recursos do FUST para o financiamento dos primeiros projetos, desde sua criação.

Uma **vitória inédita** do Ministério das Comunicações vai permitir que o Governo Federal **aplique** R\$ 700 milhões do **Fust** (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) em projetos de **inclusão digital**. **O primeiro que saiu do papel** será a instalação de telefones especiais em cerca de 800 instituições de assistência a deficientes auditivos. O Termo de Obrigação, aprovado pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) em agosto, já foi assinado pela agência e pelas operadoras de telefonia. [...] **Esta será a primeira vez, desde a criação do fundo, em 2000, que o Fust será usado**. Nos últimos seis anos, todos os ministros que passaram pelo MC tentaram, sem sucesso, a liberação desses recursos. Agora, os projetos foram formatados de acordo com as recomendações do TCU (Tribunal de Contas da União), antes de serem apresentados à Casa Civil. “Trata-se de uma **grande vitória para o ministério**. **Só agora, oito anos após a instituição do Fust, conseguimos começar a utilizar os recursos**. O Plano de Metas inclui também mais oito projetos em diversas áreas. Estamos trabalhando para concretizá-los também”, comemora o ministro das Comunicações, Hélio Costa. (BRASIL,

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da reflexão realizada, a informação, concebida como um dos elementos da totalidade social, foi compreendida como um dos setores da realidade pelo qual o poder é exercido. A proposta da tese foi desenvolver a noção do dispositivo informacional da contemporaneidade e operacionalizá-la, a fim de que ele funcionasse como um descritor do tempo presente. Este dispositivo foi concebido como a expressão da condição histórica da informação e, por isso, sua noção permite o estabelecimento das relações políticas entre os saberes (o que é dito sobre a informação), os poderes exercidos para a efetivação do que é afirmado como informação e que produzem modos de viver, logo, modos de ser sujeito. Assim, isto que é dito está implicado sempre em uma prática cotidiana, que, de fato, é uma *práxis* humana, elaborada pelas disputas políticas no interior das relações de poder e que interpelam e constituem os sujeitos. Portanto, no caso da informação, a concepção de dispositivo informacional pode ser usada para localizar e investigar as relações das classes sociais e seus segmentos mediante a atuação de diferentes atores sociais (individuais e coletivos) na *práxis* elaborada em torno da questão informacional. Estas abrangem distintas concepções da informação, das inclusões informacional e digital presentes no processo de produção, trânsito, arquivamento, acesso e uso das informações e de seus suportes tecnológicos.

Enquanto elemento da totalidade da realidade concreta, a discussão da informação foi elaborada a partir da consideração do *campo informacional*, de seu respectivo capital simbólico, o *capital informacional* e do *habitus* a ele associado. Foi também discutido, no âmbito da noção de Estado, o papel desta instância como um dos elementos do campo informacional e ainda como um “lócus” particular perpassado também pela lógica desse Campo.

A operacionalização da noção de dispositivo, proporcionada pela reflexão sobre a inclusão digital presente nas políticas públicas do Governo Federal brasileiro (2003-2009), contribuiu para a compreensão do campo informacional e de seus respectivos capital simbólico e *habitus*, à proporção que a noção de dispositivo permite localizar os objetos que são afirmados (ditos e sabidos) e disputados e divididos socialmente como recursos pertinentes ao modo de existência na sociedade de informações. Esta operacionalização mostrou, por um lado, que os recursos ligados a este capital e as disposições permanentes relativas ao campo informacional são disputados no interior do Estado brasileiro, sendo que

programas e ações relativas à inclusão digital do Governo Federal atuam na definição das formas de vida das famílias, dos grupos e das classes sociais. Por outro, que a posse de maiores parcelas do capital informacional está diretamente associada à inclusão informacional e à inclusão digital. A operacionalização da noção permitiu investigar a ação política da informação que circula no *Dispositivo Informacional*, na construção de uma nova experiência de ser-sujeito, a do cidadão incluído digital e informacionalmente, que transcorre na circunstância histórica discutida e apresentada na tese como a *sociedade de informações* contemporânea.

A partir do diagnóstico propiciado pelo dispositivo informacional, os sujeitos da sociedade de informações contemporânea podem ser pensados a partir das características:

- a) aquele com o acesso à infra-estrutura das TICs (acesso ao computador e à rede, tipo de conexão que influencia nas possibilidades de navegação, telefonia celular, tv digital, tipo de softwares);
- b) aquele que pode realizar atividades na rede (jogos, relacionamentos sociais, consumo, trabalho, informações públicas, aprendizagem e conhecimento);
- c) aquele que pode transitar com alguma autonomia pelos diferentes espaços sociais da cibercultura;
- d) aquele que se encontra incluído informacional e digitalmente;
- e) aquele que é entendido como cidadão que tem a informação como um de seus direitos.

A noção do Dispositivo Informacional e a sua operacionalização abrem um horizonte investigativo sobre as condições de possibilidade da informação na contemporaneidade, pois permitem que seja visualizado, demarcado, compreendido e apresentado como os embates em torno da informação nas relações de poder transformam e moldam a *práxis*, por conseguinte, os sujeitos individuais e coletivos e suas práticas discursivas. Os resultados alcançados pela pesquisa fornecem consistência à defesa do emprego analítico desta noção para o entendimento da presença da informação na atualidade, especialmente quando se questiona a dimensão política da informação e sua inserção na constituição do Estado-nação.

INFORMAÇÃO, PODER E ESTADO: o dispositivo informacional e as políticas públicas de inclusão digital do governo brasileiro (2003-2008)

ABSTRACT

Presenting the final results of doctoral research that investigated the political dimension of information through the development and operationalization of the concept of Informational Device as a parameter of contemporary existence and also as one of the features of the present time. The information is intended as a social construct defined by a socio-historical context established, as one of the elements of all media, especially in contemporary times, and as an important issue to be considered in the task of understanding reality. The notion of informational device has been developed as a reference macro Marxian epistemological perspective for which the context of production and reproduction of life is the limit and the conditions of possibility of the imposition of reality and knowledge. This notion to articulate the knowledge, power and modes of being subjected to the establishment of political relations between knowledge (what is said about the information), the powers exercised by social workers for the realization of what is asserted as information and producing ways of living, therefore, ways of being subject. The relationship of information with the state were defined and focused considering the question of the connection between them and tried the conceptual accuracy of informational field, capital and habitus have informational and discussion about the difference between digital inclusion and digital inclusion. The work also presents the theoretical and empirical framework developed as an analytical tool, the field of empirical research (in this digital inclusion public policies of the Brazilian Federal Government - 2003-2008), and the operationalization of the concept of informational device.

Keywords: Device Informational. Informational Field. Informational Capital. *Habitus* Digital. Inclusion and Digital Inclusion. State and Information.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://aldoibct.ghost.com.br/quest/quest.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2004.
- BRASIL. Ministério da Comunicação. **Ações Governamentais em inclusão digital: análise de utilização do FUST**. 2006. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/sites/700/719/00000253.pdf>>. Acesso em: abr. 2008.
- _____. **Revista do Ministério das Comunicações “Cidadania e Inclusão”**. Brasília, nov./dez. 2007b. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/projetos/revista-do-ministerio/>>. Acesso em: 21 set. 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional 2006 na Abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/noticias/publicacoes/men2006/>>. Acesso em: 10 mai. 2008.
- CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA. **Relatório de Gestão 2005**. 2005. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/RelatGestao/Arquivos/relatorio_gestao_cgu_2005.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6 ed. Campinas: Papyrus, 2005.
_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS-OEA. Secretaria de Cúpulas das Américas. **Declaração de Mar del Plata – Quarta Cúpula das Américas**. 2005a Disponível em: <<http://www.summitsoftheamericaa.org>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

TAKAHASHI, Tadao (org). **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: MCT, 2000.

_____. Inclusão social e TICs. **Revista Inclusão Social**. Brasília. v.1, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/viewarticle.php?id=4&layout=abstract>>. Acesso em: 14 dez. 2007 .

WACQUANT, Loïc. Lendo “o capital” de Bourdieu. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, p. 37-62, jul-dez. 2007a.

_____. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul-dez. 2007b.

WARSCHAUER, Mark. Reconceptualizing the Digital Divide. In: **First Monday**, v. 7, n. 7, jul. 2002. Disponível em: <http://www.firstmonday.dk/issues/issue7_7/warschauer/>. Acesso em: 16 abr.2008.

_____. Demystifying the digital divide. **Scientific American**. EUA, v. 289(2), p. 42-47, agosto 2003. Disponível em: <<http://www.gse.uci.edu/person/markw/ddd.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. **O dispositivo informacional: Informação, Estado e Poder na Contemporaneidade a partir do contexto das políticas públicas de inclusão digital do Governo Federal brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT/Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2009.